



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento

São Gotardo – Minas Gerais

## LEI Nº 2.139, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

ESTABELECE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, ESTIMANDO A RECEITA E FIXANDO A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

O Povo do Município de São Gotardo, através de seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Orçamento do Município de São Gotardo para o exercício de 2016, que estima a receita em R\$99.840.000,00 (noventa e nove milhões e oitocentos e quarenta mil reais) e fixa a despesa em igual valor.

Art. 2º. A estimativa da receita está fundamentada na previsão de arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, obedecendo ao seguinte desdobramento:

### EXECUTIVO MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

<b>1.0 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>79.815.680,00</b>
1.1 - Receita Tributária	8.217.000,00
1.2 - Receita de Contribuição	1.686.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	429.000,00
1.4 - Receita Agropecuária	3.000,00
1.5 - Receita Industrial	0,00
1.6 - Receita de Serviços	182.000,00
1.7 - Transferências Correntes	64.849.500,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	4.449.180,00
<b>2.0 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>28.902.720,00</b>
2.1 - Operações de Crédito	1.000.000,00
2.2 - Alienação de Bens	203.000,00
2.4 - Transferências de Capital	27.664.720,00
2.5 - Outras Receitas de Capital	35.000,00
<b>CONTA REDUTORA DO FUNDEB</b>	<b>-8.878.400,00</b>
<b>SOMA RECEITA EXECUTIVO MUNICIPAL</b>	<b>99.840.000,00</b>

Art. 3º. As despesas serão realizadas de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos, distribuídas por órgãos da Administração, e conforme o seguinte desdobramento:

a) - DESPESA POR FUNÇÕES



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento

São Gotardo – Minas Gerais

## EXECUTIVO MUNICIPAL

Legislativa	3.800.000,00
Judiciária	76.000,00
Administração	10.957.000,00
Segurança Pública	340.000,00
Assistência Social	4.211.500,00
Previdência	1.212.000,00
Saúde	44.981.760,00
Educação	21.075.240,00
Cultura	996.000,00
Urbanismo	6.962.000,00
Habitação	36.000,00
Saneamento	140.000,00
Gestão Ambiental	267.000,00
Agricultura	1.137.000,00
Comércio e Serviços	73.000,00
Comunicações	56.000,00
Transporte	228.000,00
Desporto e Lazer	611.000,00
Encargos Especiais	1.870.000,00
Reserva de Contingência	810.500,00
<b>SOMA</b>	<b>99.840.000,00</b>

## b) - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

### EXECUTIVO MUNICIPAL

<b>3.0 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>63.923.131,12</b>
3.1 – Pessoal e Encargos Sociais	35.643.160,00
3.2 – Juros e Encargos da Dívida	627.000,00
3.3 – Outras Despesas Correntes	27.652.971,12
<b>4.0 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>35.106.368,88</b>
4.1 – Investimentos	34.070.368,88
4.2 - Inversões Financeiras	0,00
4.3 – Amortização da Dívida	1.036.000,00
Reserva de Contingência	810.500,00
<b>SOMA</b>	<b>99.840.000,00</b>

Art. 4º. A aplicação dos recursos discriminados no artigo 3º far-se-á de acordo com a programação estabelecida para as unidades orçamentárias, aprovadas nos anexos componentes da presente Lei.

Art. 5º. Durante a execução orçamentária, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento

São Gotardo – Minas Gerais

cento) das despesas fixadas nesta Lei, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, mediante decreto do Executivo, podendo para tanto:

a) anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias, conforme disposto no inciso III, §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

b) utilizar o excesso de arrecadação na forma do §3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

c) utilizar o superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, na forma do §2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64;

§ 1º. Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de mesmo percentual do *caput* deste artigo os créditos adicionais destinados a suprir insuficiências das dotações inerentes às seguintes despesas:

I - com pagamento da dívida pública, de precatórios e de sentenças judiciais, bem como os créditos à conta da dotação Reserva de Contingência e aqueles destinados à contrapartida a convênios, acordos e ajustes;

II - com pessoal e encargos;

III - que exigem adequações de fontes e destinação de recursos para fins de atendimento às alterações na legislação, inclusive os saldos financeiros remanescentes do exercício anterior, redefinindo o grupo da fonte e destinação de recursos ou inclusão, transferência ou movimentação de fontes e destinação de recursos;

IV - a serem pagas com recursos vinculados, quando utilizarem como fonte e destinação de recursos o saldo financeiro desses recursos;

V - que exigem alterações da modalidade da despesa e do identificador de procedência e uso.

§ 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar movimentação de Fontes e Destinação de Recursos nas dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias.

§ 3º. Não será aprovado projeto de lei que implique no aumento das despesas orçamentárias, sem a indicação das fontes e destinação de recursos.

§ 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover durante a execução orçamentária de 2016, a movimentação das fontes de recursos constantes desta Lei, previstas na arrecadação de receitas e fixação das despesas, da seguinte forma:

I – Inclusão de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstas na estimativa da receita para 2016;

II – Transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstas na estimativa da receita para 2016;

III – Inclusão de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstas na fixação das despesas para o exercício de 2016;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CNPJ: 18.602.037/0001-55 – Insc. Est. Isento

São Gotardo – Minas Gerais

IV – Transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstas na fixação das despesas para o exercício de 2016.

§ 5º. As Fontes e Destinação de Recursos utilizadas na inclusão, transferência ou alteração deverão obedecer à codificação definida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 6º. Fica o poder Executivo autorizado, de acordo com o disposto no artigo 165, § 8º da Constituição da República a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o valor das despesas de capital;

II - realizar operações de crédito até o valor das despesas de capital.

Art. 7º. A entrega de recursos financeiros à Câmara Municipal, para atender ao disposto no inciso III do §2º do Artigo 29A da Constituição Federal, será realizada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total das despesas destinadas à Câmara, até o dia 20 de cada mês.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor no exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de São Gotardo, 23 de Dezembro de 2015.

SEIJI EDUARDO SEKITA  
Prefeito Municipal